

Nota explicativa que acompanha as propostas de revisão dos instrumentos de auxílio estatal aplicáveis ao setor das pescas e da aquicultura

O objetivo da presente nota é clarificar os objetivos e o âmbito das propostas de revisão dos instrumentos de auxílio estatal aplicáveis ao setor das pescas e da aquicultura, que deverão ser aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2023:

- ▶ projeto de orientações relativas aos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura («projeto de orientações»);
- ▶ projeto de regulamento que declara determinadas categorias de auxílios a empresas ativas na produção, transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1388/2014 da Comissão («projeto de regulamento de isenção por categoria»); e
- ▶ projeto de regulamento da Comissão que altera o Regulamento (UE) n.º 717/2014 no que se refere ao respetivo período de aplicação e aos montantes máximos cumulados dos auxílios *de minimis* («projeto de regulamento que altera os auxílios *de minimis*»).

A presente nota acompanha a consulta pública sobre esses instrumentos, que estará aberta até 13 de março de 2022.

Os cidadãos, as organizações e as autoridades públicas são convidados a apresentar os seus pontos de vista sobre as propostas da Comissão. Para além da consulta, serão realizadas duas reuniões com os Estados-Membros para recolher as suas opiniões sobre os dois regulamentos acima mencionados.

A consulta sobre as orientações será lançada com base na versão inglesa do projeto. Depois de concluídas, as traduções em todas as línguas da UE serão acrescentadas gradualmente no sítio Web. A consulta sobre o projeto de regulamento de isenção por categoria e as alterações do projeto de regulamento que altera os auxílios *de minimis* é lançada em todas as línguas da UE¹.

As partes interessadas são convidadas a indicar a qual dos três instrumentos se referem as suas observações.

As partes interessadas são convidadas a apresentar as suas observações em formato eletrónico e a indicar claramente se a sua resposta é confidencial. Nesse caso, deve também ser fornecida uma versão não confidencial da resposta que possa ser publicada no sítio Web da DG Concorrência.

1. Contexto

O financiamento público pode facilitar o desenvolvimento económico dos diferentes setores da economia. No que diz respeito ao setor das pescas e da aquicultura, os auxílios estatais foram integrados na política comum das pescas («PCP»)² mais alargada. O Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021, que cria o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da

¹ Com exceção do irlandês nesta consulta pública. No entanto, os futuros instrumentos em matéria de auxílios estatais também estarão disponíveis em irlandês.

² Regulamento (UE) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, relativo à política comum das pescas, JO L 354 de 28.12.2013, p. 22.

Aquicultura («FEAMPA»)³, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2021, introduziu novas regras para a PCP. Em suma, as regras em matéria de auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura devem ser, em geral, alinhadas com as regras específicas do Fundo⁴.

Regra geral, os Estados-Membros têm de notificar qualquer auxílio estatal que pretendam conceder. Na sequência dessa notificação, a Comissão avalia o auxílio e decide se o pode autorizar. Para o efeito, a Comissão define a sua política de decisão em orientações. No entanto, a Comissão pode isentar desta obrigação de notificação tipos de medidas de auxílio com as quais tenha adquirido experiência suficiente (previstas nos regulamentos de isenção por categoria) ou isentar medidas do âmbito de aplicação do controlo dos auxílios estatais da UE quando o seu montante for tão baixo que não exista risco de distorção da concorrência (estabelecido nos regulamentos *de minimis*).

As Orientações para o exame dos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura atualmente em vigor⁵ (as «orientações em vigor») estabelecem os requisitos e os critérios para identificar os auxílios no setor das pescas e da aquicultura que a Comissão autorizará quando notificada pelos Estados-Membros. As orientações em vigor foram adotadas em 2015 e alteradas em 2018. Não incluem uma cláusula de caducidade e permanecem válidas. No entanto, a Comissão pode decidir revê-las ou alterá-las em qualquer altura, se tal for necessário por razões relacionadas com a política de concorrência, outras políticas da União ou por qualquer outro motivo justificado.

O Regulamento (UE) n.º 1388/2014 da Comissão, de 16 de dezembro de 2014 [«Regulamento (UE) n.º 1388/2014»]⁶, ou seja, o atual regulamento de isenção por categoria aplicável ao setor das pescas e da aquicultura, identifica uma série de categorias de auxílios considerados compatíveis com o mercado interno, que tinham sido sistematicamente aprovados pela Comissão e para os quais já não é necessária uma notificação prévia à Comissão. O referido regulamento baseia-se nos requisitos e critérios estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 508/2014 para determinar se uma determinada medida pode ser objeto de uma isenção por categoria a título de simplificação administrativa. O Regulamento (UE) n.º 1388/2014 entrou em vigor em 1 de janeiro de 2015 e, na sua forma atual, deverá caducar em 31 de dezembro de 2022.

Por último, o Regulamento (UE) n.º 717/2014 da Comissão, de 27 de junho de 2014 [«Regulamento (UE) n.º 717/2014»]⁷, ou seja, o atual regulamento *de minimis* no setor das pescas e da aquicultura, identifica o limiar abaixo do qual se pode considerar que o artigo 107.º, n.º 1, do Tratado não é aplicável, desde que o auxílio satisfaça determinadas condições. Nesse caso, uma medida não está sujeita à obrigação de

³ Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021, que cria o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e que altera o Regulamento (UE) 2017/1004, JO L 247 de 13.7.2021, p. 1 [«Regulamento (UE) 2021/1139»].

⁴ Regulamento (UE) 2021/1139 e Regulamento (UE) n.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 2328/2003, (CE) n.º 861/2006, (CE) n.º 1198/2006 e (CE) n.º 791/2007 do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 1255/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L 149 de 20.5.2014, p. 1 [«Regulamento (UE) n.º 508/2014»].

⁵ JO C 217 de 2.7.2015, p. 1, com a redação que lhe foi dada pelo JO C 422 de 22.11.2018, p. 1.

⁶ Regulamento (UE) n.º 1388/2014 da Comissão, de 16 de dezembro de 2014, que declara determinadas categorias de auxílios a empresas ativas na produção, transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, JO L 369 de 24.12.2014, p. 37, com a redação que lhe foi dada pelo JO L 414 de 9.12.2020, p. 15.

⁷ JO L 190 de 28.6.2015, p. 45, com a redação que lhe foi dada pelo JO L 414 de 9.12.2020, p. 15.

notificação. O Regulamento (UE) n.º 717/2014 entrou em vigor em 1 de julho de 2014 e, na sequência da alteração de 2020, deverá caducar em 31 de dezembro de 2022.

Para efeitos da revisão destes instrumentos de auxílio estatal, a Comissão recolheu dados através de uma consulta pública⁸ em 2019. Com base nos resultados dessa consulta, noutros dados externos e na experiência interna, a Comissão procedeu a uma avaliação dos instrumentos atuais. Tal como já anunciado na avaliação de impacto inicial publicada pela Comissão em maio de 2019, a Comissão consultará o Comité Consultivo sobre os projetos de instrumentos de auxílio estatal, a fim de recolher as suas opiniões. As informações recolhidas por meio da consulta pública e junto do Comité Consultivo contribuirão para a avaliação de impacto em que se baseará a revisão.

A presente nota apresenta uma visão global das principais alterações consideradas pela Comissão nesta fase do processo de revisão. Estas alterações dizem respeito ao alinhamento das regras em matéria de auxílios estatais com o FEAMPA, que, por sua vez, está relacionado com as prioridades da Comissão, em especial com o Pacto Ecológico. A análise setorial seguirá os princípios horizontais do controlo dos auxílios estatais. De um modo geral, as regras propostas racionalizam e harmonizam as regras setoriais específicas em matéria de auxílios estatais e, além disso, preveem uma simplificação administrativa que permite que novos tipos de auxílios sejam objeto de uma isenção por categoria.

O texto dos projetos de instrumentos propostos não é definitivo e será reavaliado à luz das opiniões e das provas recebidas na presente consulta pública.

2. Alterações propostas no projeto de regulamento de isenção por categoria

Propõe-se acrescentar duas novas medidas ao projeto de regulamento de isenção por categoria, em que a Comissão pode tirar partido da experiência adquirida com a sua prática de tratamento de casos, não só no setor das pescas e da aquicultura, mas também no setor agrícola, em que surgiram questões comparáveis. As seguintes categorias de auxílios devem ser integradas no projeto de regulamento de isenção por categoria: i) auxílios destinados a remediar os danos causados por condições meteorológicas adversas e ii) auxílios destinados a compensar os danos causados por animais protegidos.

O projeto de regulamento de isenção por categoria já não contém a medida de auxílio para o arranque de jovens pescadores. Embora esse apoio continue a ser plenamente possível ao abrigo das regras do FEAMPA, em condições mais favoráveis do que as previstas no Regulamento (UE) n.º 508/2014, a Comissão considera que esta medida, devido aos seus potenciais efeitos de reforço da capacidade, deverá, no futuro, ficar sujeita a um controlo prévio dos auxílios estatais.

Para efeitos de alinhamento com as regras em matéria de auxílios estatais aplicáveis a outros setores económicos, a Comissão considera igualmente que as isenções e reduções fiscais por categoria, em conformidade com a Diretiva 2003/96/CE, são tratadas de forma mais adequada nas condições

⁸ Foi realizada uma consulta pública para a revisão dos instrumentos de auxílio estatal no setor das pescas e da aquicultura no período compreendido entre 28 de junho de 2019 e 31 de outubro de 2019: https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/11543-De-minimis-aid-in-the-fishery-and-aquaculture-sector/public-consultation_pt.

estabelecidas no artigo 44.º do Regulamento Geral de Isenção por Categoria⁹. Por conseguinte, propõe-se que essa disposição não seja mantida separadamente no regulamento de isenção por categoria no domínio das pescas.

3. Alterações propostas no texto do projeto de orientações

a) Auxílios destinados a compensar os danos causados por animais protegidos

Para além do projeto de regulamento de isenção por categoria, o projeto de orientações permitirá igualmente que os Estados-Membros concedam auxílios para compensar os danos causados por animais protegidos, sempre que as medidas de auxílio não beneficiem da isenção por categoria.

b) Auxílios destinados a cobrir os custos de prevenção, controlo e erradicação de doenças dos animais na aquicultura e de infestação por espécies exóticas invasoras que suscitem preocupação na União e nos Estados-Membros

As orientações em vigor já previam a possibilidade de conceder auxílios destinados a cobrir os custos de prevenção, controlo e erradicação de doenças animais na aquicultura. No âmbito do projeto de orientações, propõe-se incluir os seguintes custos relacionados com i) doenças emergentes e ii) infestação por espécies exóticas invasoras que suscitem preocupação na União ou nos Estados-Membros. Esta inclusão visa permitir que os Estados-Membros abordem situações que não estavam anteriormente abrangidas.

c) Auxílios para a renovação das frotas de pesca nas regiões ultraperiféricas

Os auxílios para a renovação das frotas de pesca nas regiões ultraperiféricas foram introduzidos em 2018 através de uma alteração das orientações em vigor. O projeto de orientações continua a proporcionar uma base jurídica para avaliar a compatibilidade dessas medidas de auxílio e mantém a abordagem preexistente. Esta última baseia-se na necessidade de os Estados-Membros demonstrarem, através do relatório nacional mais recente elaborado em conformidade com o artigo 22.º, n.ºs 2 e 3, do Regulamento (UE) n.º 1380/2013, que existe um equilíbrio entre capacidade de pesca e as possibilidades de pesca no segmento da frota da região ultraperiférica a que pertencerá o novo navio. Afigura-se necessário um conjunto limitado de alterações para clarificar melhor os requisitos e critérios e os respetivos procedimentos.

d) Princípios comuns de apreciação

Os princípios comuns de apreciação, introduzidos através da iniciativa de modernização dos auxílios estatais de 2014 («MAE»), devem ser revistos à luz do acórdão proferido no processo T-356/15 Áustria/Comissão (acórdão Hinkley Point C). No acórdão em questão, o Tribunal de Justiça forneceu uma interpretação importante do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do TFUE. A alteração estrutural proposta reflete tal interpretação.

⁹ Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão que declara certas categorias de auxílio compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado, JO L 187 de 26.6.2014, p. 1; ver também a consulta pública até 8.12.2021: https://ec.europa.eu/competition-policy/public-consultations/2021-gber_pt.

A revisão dos princípios comuns de apreciação está sujeita a uma abordagem global, comum a todos os instrumentos de auxílios estatais recentemente revistos. As alterações propostas são coerentes com os outros instrumentos referidos em matéria de auxílios estatais, embora mantendo certas distinções, que têm em conta as especificidades do setor das pescas e da aquicultura.

4. Alterações propostas no projeto de regulamento que altera os auxílios *de minimis*

O projeto de regulamento que altera os auxílios *de minimis* introduz um conjunto limitado de alterações do atual regime *de minimis* no setor das pescas e da aquicultura.

Tal como acima referido, o Regulamento (UE) n.º 717/2014, na sua forma atual, deverá caducar em 31 de dezembro de 2022. Por conseguinte, propõe-se prorrogar a sua validade até 31 de dezembro de 2027. Esta prorrogação seria coerente com a duração do período de programação estabelecido pelo Regulamento (UE) 2021/1139 para o FEAMPA, bem como com o regime *de minimis* no setor agrícola, que também foi prorrogado até 31 de dezembro de 2027 pelo Regulamento (UE) 2019/316 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2019¹⁰.

Os montantes máximos cumulados dos auxílios *de minimis* que podem ser atribuídos por cada Estado-Membro são estabelecidos no anexo do Regulamento (UE) n.º 717/2014 e baseiam-se em dados de 2011. Considera-se adequado proceder a uma atualização técnica desses montantes máximos cumulados com base em dados setoriais mais recentes, a fim de refletir a evolução do setor. Por este motivo, os montantes máximos cumulados constantes do anexo do projeto de regulamento de alteração *de minimis* baseiam-se numa média de três anos do volume de negócios anual das atividades de captura, transformação e aquicultura em cada Estado-Membro, obtida através da exclusão das entradas mais altas e mais baixas ao longo de um período de cinco anos, ou seja, 2014-2018.

O projeto de regulamento que altera os auxílios *de minimis* esclarece igualmente que o Regulamento (UE) n.º 717/2014 não abrangerá os auxílios à cessação temporária ou definitiva das atividades de pesca, a menos que estejam especificamente previstos no Regulamento (UE) 2021/1139.

¹⁰ Regulamento (UE) 2019/316 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2019, que altera o Regulamento (UE) n.º 1408/2013 da Comissão, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* no setor agrícola, JO L 51I de 22.2.2019, p. 1.